

São Paulo, 23 de junho de 2009.

Aos Excelentíssimos

Sr. Domingos Simões Pereira

Secretário Executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP

Embaixador Arthur V. C. Meyer

Embaixada do Brasil em Guiné-Bissau

Ministro João Inácio Oswald Padilha

Divisão de África II, Min. das Relações Exteriores/Brasil

Ref. Situação política e participação dos países da CPLP nas eleições em Guiné-Bissau

Excelentíssimos Senhores,

Vimos, por meio desta, expressar nossa preocupação em relação à atual situação política de Guiné-Bissau e solicitar um maior envolvimento dos países de língua portuguesa no acompanhamento do processo eleitoral do próximo dia 28 de junho.

Conectas Direitos Humanos é uma organização não-governamental internacional, cuja missão é promover o respeito aos direitos humanos e contribuir para a consolidação do Estado de Direito no Sul Global (África, Ásia e América Latina). Entre outros programas, Conectas desenvolve um projeto de formação de ativistas de direitos humanos da África de Língua Portuguesa e é no marco deste projeto que escrevemos para os Srs. a fim de manifestar nossa preocupação com a instabilidade política na qual Guiné-Bissau se encontra desde o assassinato do presidente Vieira no dia 2 de março deste ano.

Perante o recrudescimento da instabilidade, escrevemos a fim de solicitar um maior envolvimento dos países de língua portuguesa no processo eleitoral guineense com o intuito de garantir as próximas eleições se desenvolvam de forma pacífica.

Acreditamos ser indispensável que a comunidade internacional, especialmente os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), acompanhe tal processo eleitoral de forma ativa, a fim de:

1) contribuir para que os cidadãos guineenses possam participar de um pleito eleitoral transparente e livre de violência; e

2) contribuir para que o resultado do processo eleitoral seja legítimo, respeitado por todas as partes.

Para tanto, acreditamos ser indispensável o acompanhamento do processo eleitoral por:

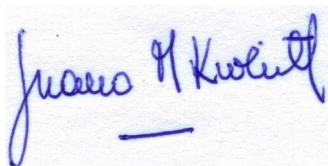
- Representantes de governos e órgãos internacionais, especialmente da ONU, União Africana e CPLP;
- Veículos da mídia internacional para garantir a livre circulação de informação;
- Observadores e peritos internacionais que possam referendar a legitimidade do pleito eleitoral.

Em síntese, solicitamos que a comunidade internacional empenhe-se em garantir um processo eleitoral democrático e livre de violência.

Acreditamos que isso possa ser o começo de um maior acompanhamento da situação dos direitos humanos no país africano e que contribuirá para o fortalecimento do Estado de Direito e respeito aos direitos humanos dos cidadãos guineenses.

Ficamos à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário e agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,



Juana Kweitel

Coordenadora do Programa Sul Global